

## V-025 - APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO: O CASO DA SABESP - BRASIL

**Yenny Carolina Guerrero Calderón<sup>(1)</sup>**

Engenheira Ambiental. Mestranda em Ciências da Engenharia Ambiental– EESC/USP.

**Ruby Criollo<sup>(2)</sup>**

Engenheira Civil. Doutoranda em Ciências da Engenharia Ambiental – EESC/USP. Docente-pesquisadora da Universidade Nariño/Colômbia.

**Denise Rasera<sup>(3)</sup>**

Bacharel em Gestão Ambiental. Mestranda em Ciências da Engenharia Ambiental– EESC/USP.

**Mayra Rodrigues Silva<sup>(4)</sup>**

Bióloga. Mestranda em Ciências da Engenharia Ambiental – EESC/USP.

**Tadeu Fabrício Malheiros<sup>(5)</sup>**

Professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo EESC/USP.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Escola de Engenharia de São Carlos. Departamento de Hidráulica e Saneamento. Av. Trabalhador São Carlense 400. São Carlos – SP – Brasil. CEP 13566-590 Tel: +55 (16) 33739534 - e-mail: [yeka401@gmail.com](mailto:yeka401@gmail.com) / [carolina.guerrero@sc.usp.br](mailto:carolina.guerrero@sc.usp.br)

### RESUMO

As bases da avaliação de sustentabilidade têm sido utilizadas em muitos setores, de diferentes formas. No entanto, percebe-se que as particularidades envolvidas em cada caso exigem uma fundamentação em critérios mais sistêmicos e agregadores, que foquem no entendimento da situação geral do caso e numa busca por soluções menos parciais. A avaliação de sustentabilidade baseada nos critérios de Gibson é uma ferramenta que propõe este desafio. A partir desse olhar, o objetivo deste estudo foi avaliar os resultados da gestão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) no ano 2011 com base nos princípios de Gibson, a partir de uma aplicação para o Relatório Anual de Sustentabilidade (RS) 2011 da empresa, o qual é baseado no modelo Global Reporting Initiative (GRI). O método utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi dividido em duas etapas. A primeira foi uma leitura dos princípios de sustentabilidade de Gibson com lentes para o setor de saneamento, e a segunda, o desenvolvimento de um questionário aplicado ao estudo de caso, com perguntas fundamentadas nestes princípios, o qual foi respondido por meio de indicadores, fatos e descrições apresentados. Os resultados mostraram que o Relatório de Sustentabilidade 2011 publicado pela SABESP não apresenta fatos que demonstrem atenção integral aos princípios de sustentabilidade definidos por Gibson. Isto pode ter ocorrido porque a estrutura do relatório está baseada no modelo GRI, o qual apesar de ser uma iniciativa de extremamente relevante para a incorporação da sustentabilidade nas empresas, este não contempla a integração das dimensões (econômica, social e ambiental) descritas por Gibson, as quais são fatores fundamentais na avaliação de sustentabilidade. Porém vale destacar que no relatório há evidências de que a SABESP se preocupa em incluir dentro de sua gestão programas que promovam a sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade, Princípios de Gibson, Saneamento, Sabesp, Relatório de Sustentabilidade.

### INTRODUÇÃO

As bases da avaliação da sustentabilidade têm sido introduzidas de várias formas e em muitos setores ao redor do mundo. No entanto, apesar do enfoque das boas práticas ainda não ter um modelo robusto e ao mesmo tempo de ampla aceitação, as características essenciais de uma avaliação efetiva da sustentabilidade são evidentes. Não é difícil identificar os requisitos gerais da sustentabilidade, bem como seus critérios, princípios *trade-off* de decisão e as implicações dos processos associados para a maioria das aplicações. A dificuldade está no fato de que as necessidades da sustentabilidade e as opções sempre dependem fortemente das circunstâncias particulares envolvidas. Os requisitos gerais de sustentabilidade, critérios e princípios fornecem um fundamento valioso, e por isso devem ser específicos e elaborados de forma a reconhecer e respeitar o contexto particular do caso (condições, problemas, expectativas, prioridades, etc.) (GIBSON, 2006 b).

A Sabesp, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, apresentou em 2007 seu primeiro relatório de Sustentabilidade, que foi classificado como o sétimo melhor entre os 76 brasileiros analisados pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, com base em critérios usados pela consultoria inglesa SustainAbility. Em 2008, a Sabesp lançou o Relatório preliminar de Sustentabilidade, com objetivo de melhorar e adequar os indicadores aos critérios universalmente aceitos, determinados pelo *Global Reporting Initiatives*, incluindo matriz de materialidade e sugestões dos *stakeholders*. Em janeiro de 2009, na 14ª Audiência de Sustentabilidade, foi promovido o 1º Painel de Engajamento com os *stakeholders* para construção do relatório de sustentabilidade de 2008. Em 2010 a Sabesp foi classificada entre as dez melhores práticas em relatórios de sustentabilidade, que se deu a partir de um universo de 275 documentos que se basearam em dez fontes públicas, como o GRI e o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. Em 2011 a companhia iniciou uma série de diálogos com Universidades, ONGs e outras partes interessadas para inserir melhorias no Relatório Anual de Sustentabilidade.

Dentre as sugestões, passou a publicá-lo juntamente com o Balanço Anual da Sabesp, conferindo aos investidores e *stakeholders* uma sinalização das mudanças organizacionais frente aos princípios da sustentabilidade. Neste sentido, esta prática da empresa vem criando maturidade, e mesmo se tornando *Benchmarking* com relação aos relatórios de sustentabilidade para o setor de saneamento (em especial os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário). Desta forma, o momento é bastante propício para uma avaliação crítica e construtiva sobre o alinhamento das ações da empresa aos princípios do desenvolvimento sustentável, bem como da capacidade dos relatórios de sustentabilidade da empresa em comunicarem de forma adequada toda a complexidade inerente ao tema em questão. E para tanto, optou-se pela utilização dos princípios de sustentabilidade propostos por Gibson, os quais são pautados numa visão sistêmica e de interdependência entre os fatores ambientais, sociais e econômicos. Portanto, o objetivo deste artigo é aplicar os princípios de sustentabilidade de Gibson para analisar os resultados da gestão da SABESP, apresentados no Relatório Anual de Sustentabilidade 2011, o qual é baseado no modelo *Global Reporting Initiative* (GRI).

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Partiu-se da revisão bibliográfica dos princípios de sustentabilidade de Gibson. Posteriormente, foi desenvolvido um questionário no estudo de caso, a SABESP, com perguntas fundamentadas nestes princípios, o qual foi respondido por meio de indicadores, fatos e descrições apresentados no Relatório Anual de Sustentabilidade 2011. As respostas obtidas foram qualificadas com base no atendimento aos princípios, numa escala de 0 a 1 (1 = atende; 0,5 = atende parcialmente; 0 = não atende). O estudo limitou-se a avaliar as atividades descritas no Relatório enquanto respostas ao questionário proposto, sem a checagem da execução das mesmas dentro da empresa. Ou seja, destaca-se então como limitação da análise realizada, que eventualmente poderá haver projetos e ações encaminhadas, mas que por não terem sido adequadamente relatadas, acabaram recebendo nota baixa.

## **OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE SEGUNDO GIBSON**

Em qualquer exercício de avaliação baseado em sustentabilidade, a especificação dos critérios fundamentais para avaliações e decisões desempenha um papel importante. A “contribuição da sustentabilidade” é um propósito agradável, mas demasiado vago para fornecer a orientação necessária. Assim, após algumas décadas de deliberação e experimentação, há um amplo consenso sobre os requisitos essenciais para o progresso rumo à sustentabilidade (GIBSON, 2006 b). Estes princípios são o fundamento da presente pesquisa e se definem sob os seguintes títulos:

### **1. Integridade do Sistema Sócio-Ecológico.**

Para Gibson (2006a) a integridade do sistema sócio-ecológico significa construir relações sociedade-ambiente para estabelecer e manter a integridade dos sistemas socioambientais em longo prazo, e proteger as funções ecológicas que são insubstituíveis e das quais dependem a vida humana e a qualidade ambiental. Neste sentido James J. Kay (1999) afirma que para manter a integridade é preciso mitigar as ameaças conhecidas (mudanças contextuais que promovem estados indesejáveis do sistema físico), promover influências positivas (por exemplo, subsídios para tecnologias limpas) e monitorar o ecossistema de forma a detectar alterações decorrentes das influências externas anteriormente não identificadas.

Para tanto, é preciso entender melhor as complexas implicações sistêmicas de nossas próprias atividades, assim como reduzir as ameaças humanas específicas diretas, indiretas e globais para a integridade dos sistemas e a viabilidade de suporte da vida (GIBSON, 2006 b). Neste sentido, Gibson levanta as questões mais evidentes a serem consideradas e alguns temas associados, tais como:

- ✓ Estabelecer se as atividades diretas ou induzidas do setor de saneamento garantem a integridade dos sistemas examinando se elas afetam ou não a resiliência dos ecossistemas e se permitem a continuação das atividades tradicionais das pessoas e comunidades nas localidades de atuação. Além disso, analisar se outras atividades na região podem combinar-se com os efeitos dos projetos do setor de saneamento sobre os ecossistemas e as atividades tradicionais.
- ✓ Estudar se as contínuas mudanças climáticas podem afetar as atividades do setor e atividades correlatas, bem como seus efeitos sobre a ecologia e as comunidades da região.
- ✓ Estabelecer como serão removidos os componentes residuais, equipamentos e resíduos dos projetos quando as atividades terminarem, e como serão totalmente corrigidos os efeitos negativos, seja por reabilitação local ou por outras iniciativas.
- ✓ Analisar se as perspectivas seriam diferentes sem algum projeto ou atividade do setor ou se fosse desenvolvida alguma alternativa em vez do projeto ou atividades propostos.

## **2. Qualidade de Vida e Oportunidades.**

O objetivo desse critério é garantir que todos tenham o suficiente para uma vida decente e que possam buscar melhorias, de maneira a não comprometer as possibilidades de suficiência e oportunidades das gerações futuras. Esse princípio está diretamente relacionado ao conceito de liberdades substantivas. Ou seja, as oportunidades básicas para o desenvolvimento de qualquer indivíduo e, conseqüentemente, de qualquer sociedade. Neste sentido, Sen (2008) afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades substantivas. A ausência destas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica (privação dos indivíduos de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, ter acesso à água tratada e saneamento básico, bem como de vestir-se e morar de modo apropriado) e carência de serviços e assistência pessoal (ausência de programas epidemiológicos, de sistemas bem planejados de assistência médica e educação, ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais). Além disso, configura-se como a negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica das comunidades (SEN, 2008). Sendo assim, para que se integre esse princípio às práticas de busca da sustentabilidade é necessário garantir a provisão de pré-requisitos chave para uma vida decente (acesso aos recursos e serviços básicos essenciais). Adicionalmente, é preciso apreciar a diversidade e garantir o envolvimento daqueles cujas necessidades estão em pauta (GIBSON, 2006c). Portanto, esse princípio está diretamente ligado a questões como direito à saúde de qualidade (acesso a hospitais, direito a vacinação, acesso a saneamento básico), direitos trabalhistas garantidos por legislação (saúde e segurança do trabalho), direito a transporte, ao acesso a educação e oportunidades de melhorias na carreira/formação profissional.

## **3. Equidade Intrageracional.**

Este critério faz parte dos princípios constitucionais do direito ambiental: acesso equitativo aos recursos naturais. Busca garantir oportunidades suficientes para todos, de modo a reduzir as lacunas entre os ricos e pobres garantindo o acesso igualitário aos serviços de saúde e segurança, o reconhecimento social, a influência política, entre outros (GIBSON, 2006 a).

As desigualdades muitas vezes atingem grupos específicos, seja de gênero, raça ou local de nascimento, e os mesmos enfrentam sistematicamente situações desfavoráveis. Assim, conservar o bem-estar da(s) comunidade(s) sem provocar a degradação de outra(s) e promover a equidade na tomada de decisão também são objetivos contemplados no critério de Equidade Intrageracional.

Além disso, Sampaio (2003) aponta que *“As presentes gerações não podem deixar para as futuras gerações uma herança de déficits ambientais ou um estoque de recursos e benefícios inferiores aos que receberam das gerações passadas”*. Ou seja, cada geração deve manter os recursos naturais e a herança humana pelo menos na mesma situação em que recebeu da geração anterior.

Portanto, o critério Equidade Intrageracional está totalmente interligado com o princípio do Desenvolvimento Sustentável. Em 1983, na Assembleia das Nações Unidas, através do *Relatório Brundtland*, salientou-se que a essência deste princípio à época era “*o atendimento das necessidades e crescimento da sociedade sem o comprometimento dos recursos que atenderiam as gerações futuras*” (PASOLD, 2007 apud DANI, *et al.*, 2010). Recentemente o critério passou a considerar o desenvolvimento sustentável como uma forma de assegurar a igualdade entre as gerações futuras (Princípio 4: Equidade intergeracional, Gibson 2006a) e garantir o acesso aos recursos naturais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011).

Visto que o meio ambiente não pode sucumbir sob o pretexto de desenvolvimento, uma vez que os recursos ambientais não são inesgotáveis, deve-se buscar a coexistência harmônica entre a economia e o meio ambiente para que se permita o desenvolvimento de forma sustentável, planejada e onde os recursos hoje existentes não se esgotem ou tornem-se inócuos (FIORILLO, 2002).

De modo sintético, é possível solucionar os problemas relacionados às diferenças entre ricos e pobres utilizando novas tecnologias ou redistribuindo os recursos já existentes. A primeira alternativa tem grande possibilidade de agravar os problemas relacionados à degradação ambiental, enquanto a segunda envolve desafios substanciais aos privilégios e poderes das elites na sociedade (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2011).

#### **4. Equidade Intergeracional.**

O critério da Equidade Intergeracional também está diretamente ligado ao desenvolvimento sustentável. Sua origem se dá com o surgimento da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, em que a preocupação com a finitude dos recursos naturais passa a ser reconhecida, e onde se estabeleceu que estes devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante cuidadoso planejamento (FIGUEIRA, 2010).

Edith Weiss é considerada a autora do conceito. Para ela, a espécie humana deve manter o ambiente natural do nosso planeta em comum com todos os membros da nossa espécie: as gerações passadas, a geração atual e gerações futuras. A autora salienta que a espécie humana está integralmente ligada com outras partes do sistema natural; que afeta e é afetada pelo que acontece no sistema. Assim, a teoria da equidade intergeracional estipula que todas as gerações têm um lugar igual em relação ao sistema natural (WEISS, 1992). Para Gibson (2006a), equidade intergeracional se trata de “*favorecer as opções do presente e ações que têm maior probabilidade de preservar ou melhorar as oportunidades e as capacidades das gerações futuras para viver de forma sustentável*”.

#### **5. Manutenção de Recursos e Eficiência.**

Este critério faz parte dos princípios constitucionais, pautado no artigo 225 da Constituição da República do Brasil, em que se declara sobre a manutenção dos processos vitais e o uso sustentável dos recursos naturais (SAMPAIO, 2003). É um dos princípios precursores do direito ambiental, focalizado principalmente no *acesso equitativo* aos recursos naturais. Portanto, fornece uma base maior para garantir meios de subsistência sustentáveis para todos, de modo a reduzir as ameaças ao longo prazo para a integridade dos sistemas sócio-ecológicos (GIBSON, 2006 a).

Num contexto global, o princípio de Manutenção de recursos e eficiência preocupa-se com a preservação da floresta amazônica, controle das mudanças climáticas (especialmente a diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa - GEE), a redução da geração de resíduos e o consumo de matéria e energia. O princípio do desenvolvimento sustentável incluía manutenção do meio ambiente para as gerações futuras como uma das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, e deve estar garantida por uma relação satisfatória entre os homens e seu ambiente (FIORILLO, 2002).

#### **6. Cidadania Sócio - ecológica e Governança Democrática.**

Este critério é pautado pela participação, responsabilidade com o coletivo e processos decisórios mais integrados. Exercer a cidadania sócio - ecológica e participar de uma governança democrática promove nossa capacidade de aplicar os princípios de sustentabilidade através de um conjunto de práticas de tomadas de decisão melhor esclarecidas e integradas no âmbito administrativo, de mercado e individual (nível pessoal/habitual) (GIBSON, 2001). Ou seja, é necessário integrar cidadania e governança.

A cidadania sócio-ecológica tem suas bases na responsabilização pelo coletivo, de forma que cada um, individualmente, é responsável pelo uso, manutenção e preservação dos recursos naturais e pelas relações sociais em que se inserem. Sem cidadania sócio-ecológica não há como existir uma governança democrática plena, que é um requisito fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois incorpora ao crescimento econômico a equidade social e os direitos humanos (SANTOS, 1997). Além disso, a questão dos procedimentos e práticas governamentais na execução de suas metas adquire relevância, incluindo aspectos como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privada na formulação de políticas ou ainda a abertura maior ou menor para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder (BANCO MUNDIAL, 1992).

Exercer a cidadania sócio-ecológica é crucial para que haja governança democrática e para que se consiga preservar os ganhos da sustentabilidade. Educação e empoderamento da comunidade, respeitando o conhecimento local e outros bens, foram meios comprovadamente eficazes de reforço individual e bem-estar coletivo. Isso sugere uma consequente necessidade de fortalecer individual e coletivamente o conhecimento sobre ecologia e comunidade para promover cidadania e responsabilidade ecológica, e assim, construir capacidade civil para um envolvimento efetivo e integrado nas tomadas de decisão (GIBSON, 2001). Portanto, este princípio está diretamente relacionado ao direito de participação nas tomadas de decisão, como a regulação tarifária, direito do consumidor, estabelecimento e direito à tarifa social, bem como tudo que diz respeito à participação coletiva dos diversos setores da sociedade.

## **7. Precaução e Adaptação.**

Na iminência de perigo ou dano grave/irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deve ser utilizada como razão para que seja adiada a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação ambiental. Ou seja, a ausência da certeza científica absoluta ou a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam impedir este dano, sem importar os custos. No entanto, esta definição ainda está em discussão. Segundo Goldim (2001) alguns pontos desta definição mereceriam ser melhor debatidos ou até mesmo reformulados, como por exemplo, a caracterização do que é certeza científica absoluta.

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988, no art. 225, define o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos e lhe dá a natureza de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as gerações presentes e futuras. Os incisos IV e V, do § 1º, para assegurar a efetividade desse direito, delegam ao Poder Público a competência de “(...) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” e “(...) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente...”, incorporando assim o princípio da precaução expressamente ao ordenamento jurídico.

O Estudo Prévio de Impacto Ambiental, regulamentado pela Resolução 1/86-CONAMA, estabelece que se deve avaliar todas as obras e atividades que possam causar impactos significativos ao meio ambiente. Tem também como objetivo avaliar o grau de reversibilidade do impacto ou sua irreversibilidade. Este Estudo é o instrumento que permite a aplicação do princípio da precaução, pois implica um procedimento de prévia avaliação, face à incerteza do dano.

Além disso, a Constituição Federal no artigo 170, inciso VI, estabelece como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, incluindo a atuação preventiva. Assim, para a aplicação deste princípio deve ser levado em conta o custo das medidas de prevenção, devendo ser compatíveis com a capacidade econômica do país, da região ou do local que serão aplicadas. Neste sentido, a Convenção sobre a Mudança do Clima (Nações Unidas, 1994), a luz do artigo terceiro, disse que “as políticas e medidas adotadas para enfrentar a mudança do clima devem ser eficazes em função dos custos, de modo a assegurar benefícios mundiais ao menor custo possível”. Para esse fim, essas políticas e medidas devem levar em conta os diferentes contextos socioeconômicos, serem abrangentes, e cobrirem todas as fontes, sumidouros e reservatórios significativos de gases de efeito estufa, bem como devem abranger todos os setores econômicos.



## 8. Integração de Curto e Longo Prazo.

A Avaliação de Sustentabilidade pode ser integrada em muitos aspectos. Deve ser concebida para promover uma maior conscientização das conexões entre as preocupações globais e locais (GIBSON 2006a). Para Hacking et al. (2007) a abordagem "integrada" é particularmente relevante onde a *"dimensão ambiental assume um significado para além dos aspectos biofísicos, considerando também aqueles mais intimamente ligados à qualidade de vida e crescimento"*.

Para Gibson (2006a) *"a sustentabilidade, entre outros aspectos, liga o humano e o biofísico, o presente e o futuro, o local e global, o ativo e a crítica da precaução, a visão alternativa, o conceito e a prática, o universal e o contexto específico"* - é um conceito multidimensional e integrador. O domínio da sustentabilidade tem sido muitas vezes descrito como o cruzamento dos interesses e iniciativas sociais, econômicos e ecológicos, ao invés da integração dos mesmos. Por conseguinte, muitas abordagens começaram a ser consideradas separadamente. A integração deve ser uma abordagem para o planejamento, avaliação e implementação, considerando as interconexões e interdependências (GIBSON 2006a).

A compreensão integradora do conceito de sustentabilidade reconhece também que os resultados globais raramente serão simplesmente a soma dos efeitos diretos esperados, devido às interconexões, efeitos secundários e feedbacks múltiplos, e ainda devido às previsões calculadas separadamente nos distintos pilares. (GIBSON 2006a). Para o autor há, portanto, duas lições: integrar o conjunto completo de considerações de sustentabilidade através de todo o processo de planejamento, decisão, deliberação e implementação, e ao mesmo tempo dedicar ganhos mútuos em todas as categorias. *"Não é equilibrar ou fazer trade-offs, mas sim integrar evitando os trade-offs na medida do possível"* (Gibson 2006a).

A busca de múltiplos ganhos de reforço na avaliação da sustentabilidade é mais conhecida como abordagem win-win-win, em que se refere a simultâneos avanços ambientais, sociais e econômicos. Ou seja, exigem mais do que simplesmente "um equilíbrio" entre critérios econômicos, ambientais, sociais. Assim, um objetivo central deve ser o de proporcionar ganhos líquidos que irão fazer uma contribuição positiva para a sustentabilidade e refletir a complexidade dos sistemas sócio-ecológicos (MORRISON et al., 2012).

Para a sustentabilidade global todos os fatores devem ser considerados e assegurados com a devida atenção. Não são somente as preocupações ecológicas merecem mais atenção do que costumam ter. Os efeitos sociais de justiça e equidade também são muitas vezes negligenciados (GIBSON 2006a).

A sustentabilidade também deve ser considerada no contexto de longos horizontes temporais. As práticas tradicionais consideram apenas o tempo de vida da ação proposta. *"Favorecer as gerações atuais à custa das partes interessadas no futuro e interesses é um tipo de trade-off que não pode ser resultado na avaliação da sustentabilidade da tomada de decisão"* (MORRISON et al., 2012). Assim, alguns dos argumentos apresentados por Morrison et al. (2006) a favor da integração são: melhoria da coerência e eficiência das ações, diminuição da "guerra" entre os três pilares, ajuda na identificação de soluções win-win-win, favorecimento de uma melhor identificação e documentação dos efeitos indiretos e sinérgicos que resultam de ligações entre impactos ecológico, social e econômico.

### ESTUDO DE CASO SABESP

A Sabesp é uma empresa de economia mista e tem como principal acionista o Governo do Estado de São Paulo. Em 2002, a Companhia tornou-se a primeira empresa de economia mista a aderir ao Novo Mercado, que concentra as empresas que se encontram no mais avançado nível de governança corporativa, segundo a nomenclatura da BM&F Bovespa. Simultaneamente, passou a ter suas ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A visão da empresa estabelece como objetivo para 2018, *"ser reconhecida como empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais"*. Tem como estratégia universalizar os serviços de abastecimento de água e de afastamento e tratamento de esgotos até 2018 em todos os municípios onde atua como concessionária no estado de São Paulo, buscando excelência na qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, a empresa atua em 367 (Tabela 1), atendendo uma população de total de 27,6 milhões de habitantes em abastecimento de água, o que representa aproximadamente 70% da população urbana do Estado de São Paulo. No serviço de coleta de esgotos, atendem 20,5 milhões de habitantes. Segundo os resultados obtidos pela empresa no Relatório, atualmente 146 municípios atendidos já possuem os serviços de água, coleta e tratamento de esgotos universalizados (Sabesp, 2012). Para este cumprimento, em 2011, foram investidos cerca de R\$ 2,4 bilhões. (Sabesp, 2012)

**Tabela 1: Municípios atendidos pela SABESP**

Municípios	Total municípios
Operados pela Sabesp com concessão total (A/E)	363
Fornecimento de água por atacado e tratamento de esgoto	7 <sup>(1)</sup>
Participação em Sociedades de Propósito Específica – SPE <sup>2</sup>	4

Fonte: Sabesp (2012)

O estudo de caso está estruturado na análise do Relatório de Sustentabilidade da SABESP 2011. A análise foi documental e possui cunho qualitativo, embasada no cumprimento dos critérios de Gibson.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A definição dos princípios de sustentabilidade, anteriormente exposta, foi feita com base na revisão bibliográfica, principalmente dos textos publicados por Gibson, os quais ajudaram a definir e ajustar forma para medir a aderência do Relatório de Sustentabilidade 2011 da SABESP aos critérios por ele propostos. Assim, este estudo da arte permitiu levantar um questionário com questões particulares focadas no setor de saneamento. Essas questões foram respondidas através das informações e dos indicadores contidos no Relatório da SABESP 2011. Nesse sentido, procuraram-se indicadores, fatos e descrições no relatório que descrevessem a aplicação desses critérios como respostas às questões inicialmente levantadas. Estes itens, como se indicou na etapa de materiais e métodos, foram qualificados com base no atendimento aos critérios numa escala de 0 a 1, sendo 0 (não atendimento ao critério) e 1 (máximo atendimento ao critério). Os resultados se encontram na Tabela 2.

**Tabela 2 - Qualificação do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade da SABESP segundo os critérios de Gibson**

Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual.	Média
1: Integridade	1	A empresa planeja sua gestão integralmente?	Parcialmente. O relatório não apresenta informação sobre um plano integral. Porém, as Diretrizes Estratégicas contemplam aspectos como: sustentabilidade socioambiental, universalização e qualidade, e integração e inovação. Também possui como Valores Éticos: Respeito à Sociedade e ao Cliente, Respeito ao Meio Ambiente, Integridade.	0,5	Próxima folha.
	2	A empresa se enquadra nos Planos de Recursos Hídricos?	Sim. O relatório não apresenta ações concretas sobre a implementação dos planos, porém, descreve a participação de cerca de 150 empregados em comitês de bacia estaduais e federais. Afirma que as deliberações no âmbito destes colegiados têm efeito direto nos processos e nas atividades da empresa, notadamente no que se refere aos instrumentos de gestão previstos nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Participa de câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, tanto do Nacional como o Estadual.	1	

<sup>1</sup> Cinco deles também utilizam o serviço de tratamento de esgoto.

<sup>2</sup> A prestação dos serviços de água e esgoto se realiza com: Águas de Castilho S.A. e Águas de Andradina S.A., em parceria com a CAB Ambiental; e Saneaqua Mairinque S.A., em conjunto com a Foz do Brasil. Em Mogi Mirim, aliados à OHL Meio Ambiente e à Etep..

Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual <sup>3</sup> .	Média
1: Integridade	3	A empresa possui programas de monitoramento do solo e água?	Não. O relatório 2011 não apresenta informações sobre os programas de monitoramento.	0	<u>0,5</u>
	4	A empresa incorpora o conceito de capacidade dos sistemas?	Não. Todos os indicadores de atendimento e ambientais são medidos isoladamente sem considerar a capacidade dos sistemas ecológicos onde as atividades se inserem. Ex: EM8 Total de retirada de água por fonte (captação superficial) não está referida à capacidade das fontes. Neste caso, por exemplo, sabe-se que o critério de vazão mínima adotado pelo sistema de outorga não reflete exatamente o conceito de vazão ecológica.	0	
	5	A empresa tem uma política voltada para sustentabilidade?	Sim. Consta no site da Sabesp, a política da empresa: <i>"Atuar na prevenção da poluição hídrica e gestão dos resíduos sólidos. Assegurar a conformidade com a legislação ambiental e compromissos subscritos. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias voltadas à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente"</i> .	1	
2: Qualidade de vida e oportunidade	6	A Sabesp promove oportunidades à educação para moradores de baixa renda?	Sim. Na Região Metropolitana de São Paulo, a Sabesp mantém o Instituto Criança Cidadã, voltado à formação de jovens oriundos de famílias em situações de dificuldade econômica e social. Em 2011, a empresa atendeu gratuitamente a 7 mil crianças e adolescentes.	1	Próxima folha.
	7	A empresa investe nos trabalhadores já contratados?	Sim. Em 2011 a empresa formou a primeira turma do Programa de Preparação para Sucessão e Carreira. Além disso, em 2011, o processo de capacitação contabilizou 112 mil participantes.	1	
	8	A empresa tem treinamento sobre segurança do trabalho?	Sim. Possui o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho que está certificado pela norma OHSAS 18001.	1	
	9	A empresa promove programas para que pessoas deficientes participem de uma vida social?	Sim. A empresa reserva 5% das vagas oferecidas nos processos seletivos para pessoas portadoras de deficiências. Em 2011, tinha 63 empregados que se encontram em condições de deficiência física, auditiva ou visual. Além disso, desde 2005, a empresa tem convênio com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência, pelo qual, 100 pessoas com deficiência atuam em postos de atendimento ao público.	1	

<sup>3</sup> Qualificação: Refere à qualificação dada aos critérios pelo grupo de pesquisa.



Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual <sup>4</sup> .	Média
2: Qualidade de vida e oportunidade	10	A empresa promove programas para a melhoria na qualidade da saúde (população e funcionários)?	Parcialmente. Devido à natureza dos serviços a Sabesp promove melhorias na saúde da população, porém como a universalização ainda não foi Alcançada, a saúde não é garantida para todos. Já a promoção da saúde dos funcionários, e segundo o apresentado no relatório, é garantida através do plano de saúde assistencial, do plano de saúde ocupacional e do SABESPREV.	0,5	<b><u>0,9</u></b>
	11	A empresa promove ações de atendimento aos pobres?	Sim. Possui programas destinados à população de baixa renda como: Pró-Conexão e Água é Vida visando à expansão do atendimento, além da Tarifa social.	1	<b><u>0,875</u></b>
3: Equidade intrageracional	12	A empresa desenvolve projetos socioambientais com outras instituições?	Sim. Possui parceiras com prefeituras de municípios, com a ONG The Nature Conservancy (TNC), com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), e com o Banco Cyan para o desenvolvimento de programas socioambientais.	1	
	13	A empresa tem programas de atendimento às comunidades pobres?	Parcialmente. No relatório são mencionados dois programas previstos para os próximos anos, porém não são abordadas ações realizadas pela empresa no ano de vigência deste relatório. Além disto, estes programas não serão liderados pela empresa, 80% dos custos serão bancados pelo Governo do Estado e 20% pela Sabesp. O papel da Sabesp será fornecer o processo de universalização dos serviços. Os programas destinados à população de baixa renda permitirão: a expansão dos sistemas de saneamento no Estado e o aumento da eficiência das ações de recuperação de rios e córregos, bem como a segurança no abastecimento de água.	0,5	
	14	A empresa promove o reconhecimento social (contratação de pessoas com deficiências e de diferentes gêneros e etnias)?	Sim. A Sabesp atende ao Decreto nº 3.298 (1999) que determina a reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos de concursos públicos para pessoas com deficiência. Na empresa 80% são homens e 20% mulheres, e com relação à distribuição por etnia, 83,5% são brancos, 14,3% pardos/negros, 12% amarelos, 0,04% indígenas e 0,1 % não declarados.	1	

<sup>4</sup> Qualificação: Refere à qualificação dada aos critérios pelo grupo de pesquisa.

Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual <sup>5</sup> .	Média
<b>4: Equidade intergeracional</b>	<b>15</b>	A Sabesp se preocupa em mitigar e compensar os impactos negativos de suas atividades?	Parcialmente. A empresa apresenta ações para parte dos impactos, mas não contempla todos, tampouco da mesma forma. Possui os seguintes programas: Programa Corporativo de Redução de Perdas, investimento em projetos de reflorestamento, Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa; substituição da frota de carros para uso de biocombustível, Projeto 1 Milhão de Árvores no Cantareira, Sabesp 3Rs.	0,5	<b><u>0.75</u></b>
	<b>16</b>	A Sabesp promove ações de incentivo à educação ambiental?	Sim. Possui o Programa Corporativo de Educação Ambiental (PEA), organiza as Ecomobilizações (coleta de lixo e plantio de mudas) e realiza Audiências de Sustentabilidade. Também desenvolve o programa "Meu Ambiente" para produção de áudios sobre a sustentabilidade. O programa "Pintou Limpeza" onde incentiva o despejo correto de resíduos de pintura; e o "Agente da Gente" envolve de participação comunitária como um canal de comunicação. Além desses, o Projeto socioambiental da ETE Jales; o Programa de Reciclagem de Óleo de Fritura (Prol); Audiências de Sustentabilidade sobre divulgação de iniciativas e atividades de educação ambiental e treinamentos para uso racional da água; entre outros.	1	
	<b>17</b>	A Sabesp promove ações de incentivo à cultura?	Sim. Fornece apoio institucional e financeiro para projetos ambientais, socioculturais e esportivos voltados à proteção ambiental e alinhados aos princípios de responsabilidade social. Exemplos: criação do "Sabesp para quem tem sede de cultura", Programa de Fomento ao Cinema Paulista, Escola no Cinema, Cine Sabesp. Também destinou 3 milhões na forma de incentivos fiscais para beneficiários do esporte.	1	
	<b>18</b>	A Sabesp procura fornecer uma condição futura melhor para as comunidades que atende?	Parcialmente. A empresa realiza projetos que visam à qualidade de vida para as comunidades atendidas, porém o horizonte de tempo trabalhado no planejamento não consegue contemplar todos os aspectos ao longo prazo. No relatório são citadas metas para 2018/2019, porém somente para poucas ações pretendidas. Mesmo assim, o horizonte de tempo de seis ou sete anos pode ser considerado curto para garantia deste princípio.	0,5	

<sup>5</sup> Qualificação: Refere à qualificação dada aos critérios pelo grupo de pesquisa.

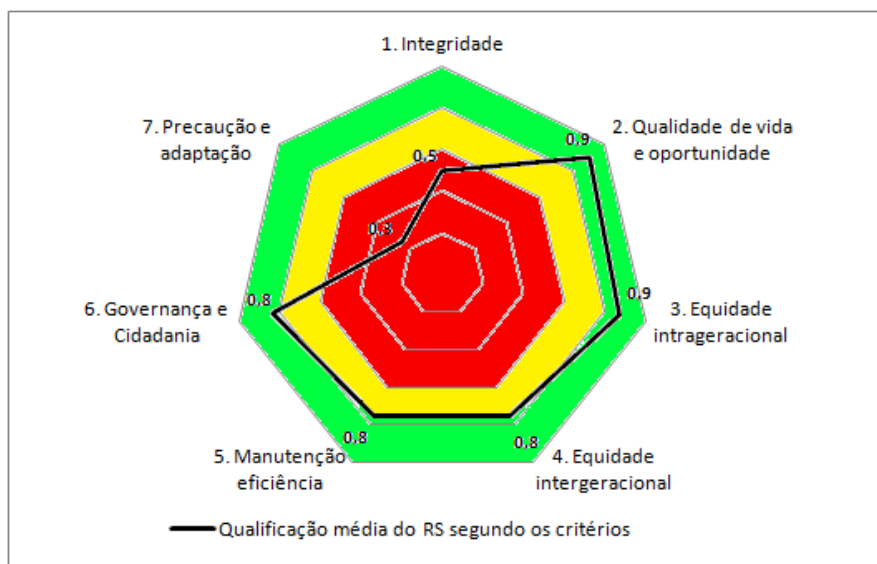
Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual.	Média
5: Manutenção e eficiência dos recurso	19	A empresa procura manter a qualidade, a quantidade e a eficiência no uso dos recursos naturais?	Parcialmente. A plataforma de soluções ambientais promove o uso racional da água e investe no tratamento de esgotos. Possui os programas: Vida Nova, Córrego Limpo, Uso Racional da Água (PURA), Esgotos NãoDomésticos (END), o Nossa Guarapiranga (Novo), Aquapolo Ambiental (Novo). Também possui <i>Contratos de Fidelização</i> que promove a gestão de consumo e dos custos; <i>Medição Individualizada de Água em Condomínios</i> ; e a <i>Telemedicação</i> , o serviço de monitoramento do hidrômetro em tempo real via internet. Porém, as ações não contemplam todas as unidades.	0,5	<b>0.75</b>
	20	A empresa realiza ações para reduzir ameaças sociais e ambientais?	Parcialmente. Possui o Programa para Perdas de Água e o Programa Vida Nova para Recuperação de Represas, que atua em 43 favelas no entorno da Guarapiranga e da Billings. Além de programas de reuso nas ETEs ABC, Barueri, Parque Novo Mundo e São Miguel. Porém, estes não contemplam todas as unidades da empresa.	0,5	
	21	A empresa procura promover meios de subsistência sustentáveis para todos?	Sim. Através da participação nos Colegiados de Recursos Hídricos. Também possui: Programa de Educação Ambiental – PEA Sabesp, Agente da Gente, Programa de uso racional da água, e o programa de Ecomobilizações.	1	
	22	A empresa realiza sua gestão de forma a reduzir, reutilizar e reciclar resíduos?	Parcialmente. Possui o Programa 3Rs para organizar iniciativas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos em diferentes unidades da empresa. Também desenvolve os programas Reciclagem de Óleo de Fritura, Compras sustentáveis e Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis. Apesar disto enfrenta problemas com lodos de esgoto.	0,5	
	23	A empresa visa programas que reduzam as ameaças ao longo prazo?	Sim. Possui os seguintes programas: Abraço Verde, plantação de árvores nos entorno das instalações e terrenos pertencentes à Sabesp. E os programas: 1 Milhão de Árvores no Cantareira, Plantio de mudas, Privada não é Lixeira, Ecopostos, Pintou Limpeza e o Programa Nossa Guarapiranga.	1	
	24	A empresa gerencia emissões de gases de efeito estufa?	Sim. Em 2011 realizou um inventário corporativo de emissões e possui o Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2011 foram substituídos 1.66 veículos com obrigatoriedade de abastecimento com álcool. Também possui Projetos de Reflorestamento em mananciais e Iniciativas de aproveitamento de biogás.	1	

Critério	Nº	Pergunta	Resposta	Qual.	Média
6: Cidadania e governança	25	A empresa possui sistema de atendimento ao usuário?	Sim. A empresa possui canais de atendimento ao cliente, contratos de adesão, técnico de atendimento ao cliente externo TACE, soluções de débitos pendentes, agência virtual, regularização de ligações (projeto PARITÁ), pesquisa de satisfação como cliente, projeto de prevenção de incêndios.	1	<u>0,83</u>
	26	A empresa possui tarifa social?	Sim. Atende famílias de renda mensal de até 3 salários mínimos. Cerca de 8,6 mil domicílios são contemplados pela tarifa social.	1	
	27	A empresa elabora relatórios de sustentabilidade da gestão de toda a empresa?	Sim. Elaborar relatórios de sustentabilidade desde 2007, segundo os indicadores do GRI. É uma oportunidade da empresa demonstrar transparência e apresentar à sociedade os resultados de suas atividades e esforços rumo a sustentabilidade. Entretanto, o relatório não deixa claras as diferenças de gestão e de desempenho entre as unidades da empresa.	0,5	
7: Prevenção	28	A empresa previne os eventos de escassez de água?	Parcialmente. Possui o Programa Metropolitano de Água para enfrentar a situação de escassez da Região Metropolitana de São Paulo; também tem o Programa Água no Litoral com o mesmo fim para a Região Metropolitana de Santos. Possui o Programa Corporativo de Redução de Perdas. Apesar disto não apresenta programas integrais de recuperação da capacidade hídrica das fontes.	0,5	<u>0,25</u>
	29	A empresa faz monitoramento para prevenção, mitigação e compensação ambiental?	O relatório não apresenta informação.	0	
	30	A empresa tem planos de gestão de riscos socioambientais?	O relatório não apresenta informação.	0	
	31	A empresa investe em medidas de prevenção do risco?	Parcialmente. Em 2011 foi realizado investimento médio de R\$ 10 milhões em prevenção de acidentes. Também foi criado canal de comunicação para o público externo para questões de segurança e saúde do trabalho. Entretanto o relatório apresenta este tema de forma superficial.	0,5	

**Fonte:** Elaborado pelos autores

**Nota:** A qualificação do critério *Integração tempo* não foi realizada pelo fato deste critério integrar todos os demais. A discussão sobre sua qualificação será feita a seguir.

A Figura 1 permite melhor visualização dos resultados apresentados na Tabela 2.



**Figura 1: Atendimento do Relatório de Sustentabilidade da SABESP, 2011 aos critérios de sustentabilidade de GIBSON.**

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Uma vez qualificados os critérios e sistematizados os dados, observa-se que:

O Relatório de Sustentabilidade SABESP não apresenta informações suficientes para avaliação do *princípio de Integridade*, o qual inclui perguntas sobre o planejamento integral da gestão da empresa, o enquadramento da empresa nos planos regionais, estaduais e nacionais, sobre o monitoramento do estado do solo e da água, e sobre a incorporação dos conceitos de capacidade dos sistemas, capacidade de recuperação e sustentabilidade, os quais sugerem a existência de limites para as atividades humanas.

A qualificação do atendimento ao *princípio de Qualidade de Vida e Oportunidade* foi satisfatória, atingindo 80% das respostas ao questionário positivamente. Isso demonstra que a empresa está empenhada em trabalhar as questões relativas a este princípio, proporcionando condições para melhoria da qualidade de vida e para o aumento das oportunidades básicas das pessoas, sejam funcionários, clientes ou outros que possam ser influenciados de alguma maneira pelas atividades da empresa.

Para o *princípio de Equidade Intrageracional*, embora a empresa desenvolva muitos programas com resultados positivos, o relatório não traz evidências sobre ações voltadas às comunidades de baixa renda, e como os projetos de forma geral estão favorecendo a melhoria de sua qualidade de vida.

Por sua vez, o *princípio de Equidade Intergeracional* contém uma boa pontuação. Isso ocorre devido à avaliação de alguns programas que a SABESP realiza, demonstrados no Relatório de Sustentabilidade, que apresentam ações que visam à melhoria da qualidade de vida futura. Porém, o horizonte de tempo trabalhado no relatório ainda não consegue contemplar todos os aspectos de longo prazo. São citadas metas para 2018 e 2019, porém ainda para poucas ações pretendidas. Ainda assim, o horizonte de tempo de seis ou sete anos pode ser considerado curto para garantia desse princípio.

Sobre o *princípio de Manutenção e Recursos*, a empresa implementa diversos programas que procuram manter a qualidade e quantidade dos recursos naturais, mas o relatório não reflete a efetividade dos resultados.

O *princípio de Cidadania Sócio-ecológica e Governança Democrática* também obteve uma qualificação positiva, já que as respostas ao questionário atingiram 0,8 na qualificação. Isso significa que atende bem ao princípio, demonstrando que a empresa se preocupa em exercer uma governança democrática e incentiva a cidadania socioecológica, com transparência, participação e responsabilização socioambiental, individuais e coletivas. A própria elaboração e publicação do relatório de sustentabilidade corrobora a busca da empresa por ferramentas para desenvolver esse processo.



Em relação ao *princípio de Precaução e Adaptação*, não são apresentadas informações suficientes sobre o monitoramento das ações de prevenção, mitigação e compensação decorrentes de licenciamento ambiental, sobre os planos de gestão dos riscos socioambientais, nem sobre o investimento em medidas de prevenção do risco. Isso ocorre, provavelmente, à falta de definição do princípio no modelo GRI.

Por fim, o relatório não permitiu avaliar o *princípio de Integração a Curto e Longo Prazo* no que diz respeito à aplicação dos sete princípios simultaneamente, inclusive aspectos de integração de longo prazo, *trade-offs*, entre outros. Para que se possa avaliar este princípio, é preciso que o relatório tenha uma parte mais robusta na discussão de questões chave do desenvolvimento sustentável. Estas questões, em geral, vão muito além da própria gestão da empresa, pois englobam outros atores políticos e âmbitos de decisão diferenciados. Além disso, não possibilita verificar a integração no conjunto de considerações de sustentabilidade através de todo o processo de planejamento, decisão, deliberação e implementação, e ao mesmo tempo dedicar ganhos mútuos em todas as categorias, inclusive devido à questão temporal do monitoramento dos resultados e desempenho. Para tanto, também é necessário que esta avaliação (do critério 8) seja feita com ampla discussão junto à empresa estudada, porém esta etapa não estava dentro dos objetivos deste artigo.

Em outro estudo que avaliou o Relatório da Sabesp, ano 2009 foi demonstrado que a apresentação do Relatório se adere às diretrizes estabelecidas no GRI atendendo de maneira significativa aos indicadores ali estabelecidos. Mas, neste estudo também foi constatado que apesar do comprometimento da empresa nas ações ambientais e sociais, a empresa deve considerar nos próximos relatórios incluir com maior detalhe, as ações de universalização, a relação entre a qualidade de vida e o serviço prestado, as responsabilidades ambientais, o andamento dos programas mencionados, entre outras (MENEGASSO, 2009).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Pode-se concluir que o Relatório de Sustentabilidade 2011 publicado pela SABESP não apresenta fatos que demonstrem a atenção integral aos princípios de sustentabilidade definidos por Gibson. Isto pode ter ocorrido porque a estrutura do relatório está baseada no modelo GRI, o qual apesar de ser uma iniciativa extremamente relevante para a incorporação da sustentabilidade nas empresas, pois permite avaliar os programas e as ações realizadas, além das metas para as dimensões social, econômica e ambiental, este modelo de relatório não contempla a integração destas dimensões enfatizada por Gibson, fator fundamental na avaliação de sustentabilidade. Deste modo, torna-se difícil avaliar a sustentabilidade da empresa segundo os princípios de Gibson. Além disso, o modelo GRI é focado nos resultados de um período de curto prazo e suas informações não demonstram o rumo das atividades da empresa ao longo do tempo. O Relatório de Sustentabilidade poderia comunicar mais estudos ou análises que incluam características físicas e biológicas dos ecossistemas onde a empresa atua; por exemplo, apresentando ações concretas sobre a implantação dos planos de bacias hidrográfica, isto com o propósito de evidenciar o cumprimento do princípio de Integridade. Outra fragilidade encontrada no relatório, que não permite evidenciar o princípio de Equidade Intergeracional é que este não descreve como seus programas incorporam o planejamento de longo prazo, em especial, em ambiente político institucional bastante fragmentado e instável. Por exemplo, com relação às mudanças nas políticas públicas municipais e nos planos, programas e projetos associados, os quais são quase que uma regra nas mudanças dos governantes. Porém ao mesmo tempo demonstram preocupação com a melhoria da equidade no uso dos recursos naturais e também culturais para as comunidades atendidas.

O relatório também não apresenta informações suficientes quanto às ações da empresa para atender o princípio de Precaução e Adaptação. No entanto, destaca-se a criação em 2011 da Superintendência de Gestão de Riscos ligada a Presidência, que tem o papel de monitorar as ações de prevenção, mitigação e compensação decorrentes das atividades do saneamento.

Finalmente, no relatório há evidências de que a SABESP se preocupa em incluir dentro de sua gestão programas que promovam a sustentabilidade. Sugere-se, porém, que para melhorar a comunicação dos resultados, a empresa poderia conduzir a elaboração de seu relatório mais estruturado nos princípios de Gibson. Neste sentido, estes ajustes irão fortalecer a comunicação do seu status de desempenho ambiental, social e econômico de forma integrada, bem como identificar melhorias necessárias na atuação socioambiental da organização.

Por fim, é certo de que a sustentabilidade depende de ação coletiva e sinérgica dos diversos *stakeholders* (governos, empresas, acionistas, fornecedores, sociedade civil, comunidades, clientes e empregados).

Entretanto, vale ressaltar o papel central e fundamental na alavancagem de ações em sustentabilidade que uma empresa com o porte da SABESP pode exercer neste contexto da universalização do saneamento e promoção da qualidade de vida e de um meio ambiente saudável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 14001: Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004;
2. BANCO MUNDIAL. Governance and Development. Washington, D.C. , 1992.
3. BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil-1988*. Brasília, DF. Senado. 1988. Constituição do Brasil – 1988.
4. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2011. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br>. Acesso em 25 de Maio de 2012.
5. DANI, F. A.; OLIVEIRA, A. B. de.; BARROS, D. S. O desenvolvimento sustentável como ótimo de Pareto na relação entre os princípios constitucionais ambientais e os princípios constitucionais econômicos. *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 303-331, 2010. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIREITOECONOMICO?ddl=5043&dd99=pdf>. Acesso em 20 de Maio de 2012.
6. FIGUEIRA, S. S. A função teleológica do princípio da equidade intergeracional no Direito Ambiental do Brasil. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Macapá, n. 2, p. 01-10, 2010.
7. FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2005.
8. GIBSON, R. B. Specification of sustainability-based environmental assessment decision criteria and implications for determining “significance” in environmental assessment. Canadian Environmental Assessment Agency Research and Development Programme. Canada, 2001.
9. GIBSON, R.B. Beyond the pillars: Sustainability assessment as a framework for effective integration of social, economic and ecological considerations in significant decision-making. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*. Waterloo. Vol. 8, No. 3 pp. 259–280. September 2006a
10. GIBSON, R. B. Sustainability assessment: basic components of a practical approach. *Impact Assessment and Project Appraisal*, v. 24, n. 3, 2006.
11. GIBSON, R.B. Sustainability-based assessment criteria and associated frameworks for evaluations and decisions: theory, practice and implications for the Mackenzie Gas Project Review. A report prepared for the Joint Review Panel for the Mackenzie Gas Project. Canada. January 2006b. Disponível em [http://www.reviewboard.ca/upload/project\\_document/EA0809-001\\_Gibson%20Report\\_1218741818.pdf](http://www.reviewboard.ca/upload/project_document/EA0809-001_Gibson%20Report_1218741818.pdf). Acesso em 18 jun 2012.
12. GOLDIM J.R. O Princípio da Precaução. *InstitutServier. La prévention et la protectiondans la sociétédu risque: le principe de précaution*. Amsterdam: Elsevier, 2001:15-16,23-34. Disponível <http://www.bioetica.ufrgs.br/precau.htm>. Acesso em 06-o7-2012
13. GONÇALVES, A. F. O Conceito de Governança. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. *Anais do XIV Conpedi 2005*, 2005.
14. SATOLO, E. G. & SIMON, A. T. Estudo comparativo dos modelos de medição da sustentabilidade organizacional. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. São Carlos, 2010.
15. HACKING, T., GUTHRIE, P. A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment. *Cambridge*. Vol. 28, pp 73-89. March 2007.
16. HANAI, Frederico Yuri. Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto do desenvolvimento ao turismo na região de Bueno Brandão. 2009. 432 p. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009. KAY, J.J. et al. An ecosystem approach for sustainability: addressing the challenge of complexity. *Futures*. 31, 721–742. 1999.
17. MENEGASSO, Cintia. (2009). Análise do relatório de sustentabilidade da SABESP - Aplicação da GRI. EXPOABAR, 2011. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Regulação*.
18. MORRISON-SAUNDERS, A., POPE, JENNY. Conceptualising and managing trade-offs in sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*. June 2012.
19. MORRISON-SAUNDERS, A.,THERIVEL, R.Sustainability integration and assessment. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*. Vol. 8, No. 3 (September 2006) pp. 281–298. September 2006.
20. PALÁCIOS, M. P. O paradoxo da equidade inter e intrageracional no Desenvolvimento Sustentável, 2009. RUMO SUSTENTÁVEL -[Especiais](#), [Sustentabilidade](#). Disponível em:

- <http://www.rumosustentavel.com.br/o-paradoxo-da-equidade-inter-e-intrageracional-no-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 01 de Junho de 2012.
21. PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: Sustentabilidade e Equidade, 2011. Disponível em: <http://naraiz.wordpress.com/2012/05/02/relatrio-de-desenvolvimento-humano-2011-sustentabilidade-e-equidade-um-futuro-melhor-para-todos/>. Acesso em 25 de Maio de 2012.
  22. SABESP. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Relatório de Sustentabilidade 2011. São Paulo. 2012
  23. SAMPAIO, E. V. S. B.; Sampaio, Y.; Vital, T.; Araújo, S. B.; Sampaio, G. R. (2003). Desertificação no Brasil: conceitos, núcleos e tecnologias de recuperação e convivência. Recife: Editora Universitária da UFPE.
  24. SANTOS, M. H. C. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pos Constituinte. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997. pp. 335-376.
  25. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
  26. UNITED NATIONS. United Nations Framework Convention on Climate Change.1992. Disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em 06-07-2012
  27. WEISS, E.B.Environmental change and international law: New challenges and dimensions. Edited by Edith Brown Weiss. Tokyo: United Nations University Press, 1992. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/Brown%20Weiss%20-20Intergenerational%20equity%20UN.doc>. Acesso em 25 de junho de 2012.